



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

## A URSS e o socialismo de Estado

Marcos Del Roio

**Como citar:** DEL ROIO, Marcos. A URSS e o socialismo de Estado. *In:* PINHEIRO, Jair (org.). **Marx:** crise e transição: contribuições para o debate hoje. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 13-50.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-597-1.p13-50>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# A URSS E O SOCIALISMO DE ESTADO

*Marcos Del Roio*

## 1 INTRODUÇÃO

A necessidade impostergável de refundação do comunismo enquanto crítica teórica / prática, enquanto movimento de superação da ordem social regida pelo capital, enfim globalizada como Império, aponta como uma de suas tarefas uma avaliação severa da própria trajetória do movimento operário no século XX, de suas formulações teóricas e de suas práticas político-culturais. Um ponto essencial nessa avaliação geral é o entendimento do fenômeno histórico constituído pela URSS.

No campo teórico do marxismo as interpretações são variadas e por nada conclusivas. Na vertente do próprio PCUS e do movimento comunista a ele vinculado predominou a ideia de que se tratava de um socialismo em construção ou, depois, de um socialismo realmente existente ou mesmo desenvolvido (sic). A crítica de Trotski indicava a presença de um Estado operário degenerado pela burocratização. Na Iugoslávia, no correr dos anos 50 havia se generalizado a concepção de que uma “nova classe” se apossara do poder na URSS. Logo depois o maoísmo trabalhou com a hipótese de um capitalismo de Estado substituindo a construção socialista a partir de 1956. Em seguida adveio da mesma vertente interpretativa a sugestão de que o capitalismo de Estado prevalecia desde 1921 e perpas-

sou toda a experiência histórica em questão (LOSURDO; GIACOMINI, 1997; FERNANDES, 2000).

Sem discutir as leituras precedentes, neste texto pretendo aventar a hipótese de que o capitalismo de Estado era um projeto de Lênin como imposição da realidade social e histórica da Rússia e que assistiu a diversas fases tanto do ponto de vista teórico quanto prático, mas que se esgota em 1929, quando é substituído pelo socialismo de Estado. A intenção reside, portanto, em expor rapidamente o entendimento teórico e estratégico de Lênin quanto ao capitalismo de Estado para em seguida discutir o conteúdo específico e o significado histórico do socialismo de Estado como negação não só do capitalismo de Estado e do projeto leniniano, mas da própria transição socialista.

Percebe-se que a ênfase está colocada no ano de 1929, como momento essencial de ruptura histórica. Nessa tarefa o auxílio de Gramsci será fundamental tanto pela sua compreensão da transição socialista quanto pelo seu universo categorial. Não será usada a expressão stalinismo por conta de seu forte caráter polêmico político-ideológico e pelo fato de sugerir que o regime em pauta se identificou com o personagem e que teria terminado com a sua morte, quando, na verdade, se prolonga até 1989/91.

## **2 LÊNIN E O CAPITALISMO DE ESTADO**

Já nos primeiros anos do século XX, Lênin tinha bastante claro que o capitalismo se desenvolvia na Rússia sob uma forma particular, que tendia a desintegrar o feudalismo e a comuna agrária, assim como a colocar em crise o Estado feudal-absolutista. Essa dinâmica colocava na ordem do dia a realização de uma revolução democrática e burguesa, que instaurasse as liberdades políticas (liberal-burguesas) e a democracia, mas também cuidaria do desenvolvimento das forças de produção da vida material.

No entanto, Lênin percebia as dificuldades e os limites da burguesia russa para contribuir nessa tarefa e entendeu que apenas o jovem proletariado industrial, com respaldo das mais amplas frações do campesinato, poderia levar ao cabo a instauração de uma democracia burguesa radicalizada, pois que dirigida pelos trabalhadores. A ditadura democrática do proletariado e do campesinato, tal como Lênin a concebia, seria o invólucro do desenvol-

vimento de uma forma particular de capitalismo, um capitalismo de Estado, no qual os principais meios de produção – máquinas e terras – seriam propriedade estatal, ainda que a burguesia continuasse existindo.

A derrota da revolução democrática de 1905, e do proletariado, abriu a possibilidade de uma composição entre a burguesia e a nobreza feudal e seu Estado, tal como ocorrera na Alemanha depois de 1849. Daí Lênin haver identificado a possibilidade do capitalismo na Rússia se processar por uma “via prussiana”, na qual o papel do Estado é sempre importante, a fim de manter as massas operárias e camponesas disciplinadas e submetidas.

A eclosão da guerra imperialista, em 1914, ao trazer a tona as suas debilidades e insanáveis contradições, criou as condições para a crise espetacular do Estado feudal-absolutista russo e a sua via de desenvolvimento capitalista com proteção estatal. Na leitura de Lênin, a guerra imperialista trazia consigo a atualidade e a iminência da revolução socialista internacional e essa levaria de roldão o regime czarista. A questão era como inserir a classe operária e a própria Rússia nesse processo.

A resposta foi oferecida pela realidade. Em março de 1917 ocorreu a derrocada da monarquia feudal-absolutista russa e a instauração de uma situação democrática, que se desenvolvia em duas direções contraditórias que deveriam culminar com uma ditadura de classe, de um ou outro modo. O processo de democratização liberal implicaria, pelas características da burguesia russa, uma nova ordem institucional que recomporia as forças sociais dominantes e a relação subalterna com o núcleo do Ocidente imperialista, reativando a “via prussiana”, tanto na economia como no Estado e congelando ou revertendo a democratização.

No entanto, a democratização socialista ocorria ao mesmo tempo e estimulava aquela outra. Lênin percebeu desde logo que o soviét de operários e soldados era uma instituição social que indicava a presença de um novo Estado em gestação, um Estado operário que deveria assumir a forma de uma ditadura democrática do proletariado e dos camponeses pobres. Era preciso fazer com que a classe operária russa, aliada internamente aos camponeses pobres e externamente ao proletariado alemão, iniciasse a revolução socialista internacional. Em consonância com essa perspectiva,

Lênin propôs que o objetivo a ser alcançado imediatamente na Rússia fosse a instauração de uma república dos soviets de deputados operários, braçantes e camponeses, estatuída de baixo para cima.

A revolução socialista internacional teria início então na Rússia, mas deveria se difundir de todo modo para a Alemanha. Lênin julgava que as condições para a transição socialista estavam presentes na Alemanha, não só pela existência de uma classe operária grande e qualificada, com avançadas forças produtivas do trabalho, mas porque a guerra havia acentuado ainda mais a tendência presente no capitalismo alemão de grande centralização do capital e de interferência estatal. Aqui, a transferência do poder para as mãos do proletariado acentuaria o capitalismo de Estado e daria início imediato à transição socialista.

A situação da Rússia era, porém, bastante diferente por conta do atraso significativo no desenvolvimento das forças produtivas e pela presença de enorme massa camponesa, pelo limitado mercado interno e pela dependência financeira frente ao núcleo imperialista do Ocidente. Em torno de setembro de 1917, era já patente o fracasso da democratização liberal, que fora apoiada até então por parcelas significativas do movimento operário e do campesinato, além da aliança anglo-francesa. Agora crescia rapidamente, em contraposição, o apoio ao projeto dos bolcheviques de criação de uma ditadura democrática do proletariado e do campesinato pobre, sob a forma de um Estado-comuna, que no soviets teria a sua instituição basilar.

Era patente a disjunção entre a possibilidade da criação de um Estado-comuna, de uma ditadura da democracia de base soviética, que estabelecia o poder operário, com a ausência de condições materiais ao menos razoáveis para que se desse início à transição socialista. A Rússia, na verdade, estava ainda longe de concluir a revolução burguesa do ponto de vista do desenvolvimento das forças de produção e do ponto de vista da dissolução das camadas sociais pré-capitalistas, de modo que seria tarefa do Estado operário, o Estado da transição socialista, realizar a obra que alhures a burguesia havia já realizado. Essa tarefa seria quanto mais fácil no momento em que a classe operária assumisse o poder na Alemanha e que a revolução socialista internacional se difundisse.

De imediato, Lênin propunha que se estabelecessem medidas que visassem o controle, inspeção e contabilidade dos bens. Para tal indicava a necessidade da nacionalização e fusão dos bancos, nacionalização dos monopólios, abolição do sigilo comercial, agremiação obrigatória da burguesia, organização obrigatória da população em cooperativas de consumo ou fomento. Essas medidas já podiam ser vistas nos Estados imperialistas, mas na Rússia essas ações só poderiam ser voltadas contra a burguesia, diante da incompatibilidade entre a dominação burguesa e a imposição da democracia. Então, Lênin indicava que a associação entre democracia proletária e capitalismo monopolista de Estado apontava para a transição socialista, pois o controle democrático do monopólio capitalista estatal seria já o reverso do monopólio capitalista. A questão da democracia operária era então fundamental.

Elemento do que havia de mais avançado no capitalismo era o método Taylor de organização do processo de trabalho, surgido para aumentar a produtividade e disciplinar o trabalho tendo em vista a exploração e a expropriação do saber operário, que deveria também ser incorporado pelo avesso no capitalismo de Estado com poder operário. Na Rússia revolucionária o taylorismo deveria servir para disciplinar o trabalho e aumentar a produtividade, mas com objetivo emancipatório, por aumentar o tempo livre para participação na vida pública e para os estudos. Ademais, seria também um meio de aumentar o saber operário, pois que o controle do processo produtivo estaria cargo dos próprios trabalhadores.

A guerra civil, seguida da invasão imperialista e da derrota da revolução socialista internacional foi elemento fundamental para o futuro da Rússia soviética. No começo de 1921 a Rússia encontrava-se devastada e isolada política e economicamente, mas tratava-se ainda de um poder revolucionário cujo objetivo era a criação das condições para a transição socialista, ainda que a partir de condições muito difíceis e que obrigavam o investimento no capitalismo de Estado. As condições agora eram piores que em 1918 e as soluções encontradas indicavam o retorno à produção mercantil no campo e mesmo o estímulo a pequena indústria artesanal.

Por outro lado, deveriam ser feitas concessões das fábricas estatizadas ao gestor da grande empresa, uma forma de reforçar o capitalismo de Estado contra a pequena produção mercantil. O cooperativismo seria

outra forma de capitalismo de Estado, que agruparia pequenos produtores. A resistência da burguesia em se adaptar à nova ordem e a estratégia imperialista de sufocar o novo Estado obrigaram Lênin e a Rússia a se voltarem para formas atrasadas de capitalismo de Estado como patamar possível de um novo desenvolvimento.

Lênin, ao conceber a Nova Política Econômica - NEP como um projeto de desenvolvimento capitalista de Estado agro-industrial, reconheceu o peso enorme do campo na Rússia e a necessidade da elevação da qualificação do trabalho e do padrão cultural das massas, como medidas estratégicas imediatas, reconhecendo assim que a comuna agrária, enfim, como havia sugerido Marx em 1881, desde que industrializada, poderia servir de um patamar para a transição socialista. A construção do Estado da transição socialista deveria correr junto com criação das condições materiais e culturais para a transição socialista, que seriam geradas pelo capitalismo de Estado. Essa disjunção seria cimentada pela construção da hegemonia operária na produção e no Estado, mantida a autonomia e o autogoverno da classe operária, cumprindo o partido e o Estado o papel de organizador e educador (LENIN, 1976).

### **3 O CAPITALISMO DE ESTADO DEPOIS DE LÊNIN**

Lênin foi colhido pela morte no início de 1924, logo depois de ser derrotada a última manifestação da revolução na Alemanha, acabando com a esperança de que o isolamento do Estado soviético viesse a ser rompido. Ao mesmo tempo, na URSS, ocorria a primeira crise da NEP, que se manifestava na alta dos preços agrícolas e na crise de abastecimento das cidades. Esse foi o momento em que se delinearão dois diversos projetos estratégicos para a URSS, aquele elaborado por Bukhárin, seguindo as indicações de Lênin, e outro pensado por Trotski.

Para Trotski, a NEP, enquanto retirada tática da revolução socialista e meio de recompor a aliança operário-camponesa estava superada já em fins de 1923. Diante dos sinais de reativação da revolução na Europa central e da necessidade incontornável da URSS acelerar a industrialização e recompor a classe operária dizimada na guerra civil, Trotski propunha que a pressão econômica sobre os camponeses devesse se acentuar, até por-

que a industrialização seria a única forma de se evitar que a distância entre o desenvolvimento capitalista nos EUA, que se manifestava com tanta evidência, aumentasse ainda mais. Nessa visão, fundamental continuava a ser a aliança entre a classe operária russa e alemã para o avanço do processo revolucionário, mesmo que em detrimento da massa camponesa russa. O crescimento da classe operária na URSS seria também o antídoto possível à burocratização que já se divisava nas instituições do Estado soviético e do próprio partido (TROTSKI, 1979).

De outra parte Bukhárin procurava desenvolver as derradeiras formulações de Lênin, que indicavam a prioridade da aliança política entre a classe operária e o campesinato e o desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado, com base na pequena indústria rural, mas sob o poder do partido operário. Na concepção de Bukhárin o capitalismo monopolista de Estado com condução política do partido operário seria um processo de longa duração, pois que demandava a criação de um mercado interno de produção e consumo para que se atingisse o patamar para a construção de um capitalismo de Estado baseado na grande indústria. Só então é que estariam próximas as condições efetivas para a transição socialista.

A formação de cooperativas, aproveitando-se da tradição comunal do campesinato, e a industrialização do campo, com o passar do tempo, transformariam o próprio campesinato de heterogêneo grupo social pré-capitalista, em fração educada da classe operária ocupada na agroindústria socializada e de grande porte. A diferenciação social, segundo Bukhárin, decorrente do próprio processo de acumulação, seria combatida com medidas de política econômica, ou seja, haveria um mercado determinado politicamente. O capitalismo de Estado avançado e desenvolvido seria a condição e o momento inicial da transição socialista. No entanto, a intrusão economicista, talvez decorrente do pouco domínio do método dialético, debilitou a formulação teórica de Bukharin (1980).

O resto da liderança bolchevique não tinha formulações teóricas mais claras sobre como seguir na construção do novo Estado operário. Entre 1923 e 1927 o conflito político esteve relacionado à disputa entre essas duas perspectivas estratégicas, que culminou com a consolidação da teoria de Bukhárin e a derrota de Trotski, participando a burocracia estatal e a maioria do grupo dirigente bolchevique ao lado de Bukhárin.



A vitória, parcial, da linha de Bukhárin ocorreu como decorrência de elementos variados da luta política, mas principalmente pelos bons resultados da economia nesse período, baseada na acumulação agro-mercantil de baixa produtividade. A indústria se ressentia também da baixa qualificação dos trabalhadores e assim como da máquina administrativa inoperante. Em suma, o baixo padrão cultural dificultava o desenvolvimento do próprio capitalismo de Estado e estimulava a recomposição de estruturas gerenciais burocráticas, como o próprio Lenin havia já destacado nos seus últimos escritos.

Já em 1927, no entanto, era patente a crise econômica e social, com problemas na produção agrícola e de abastecimento nas cidades. A diferenciação social no campo também era perceptível com a formação de uma embrionária burguesia agrária. O descontentamento social na cidade e no campo foi combatido com medidas repressivas, sinal da fragilidade do Estado operário enquanto tal e da débil representatividade do partido frente o conjunto da vida social. Em suma, o partido, que acabara de passar por grave cisão, encontrava sérias dificuldades para operar a hegemonia operária, a começar pelo problema de se fazer representante político efetivo da classe operária que se constituía novamente, após a dizimação de 1918-1920.

Como a classe operária, ela mesma, não se fazia dirigente da vida social e não conseguia garantir o campesinato como base social da sua ditadura democrática de classe, o partido operário não conseguia também consolidar o seu papel de organizador e educador da classe. Com isso se fortaleciam laços sociais próprios da época absolutista-feudal, fosse no campo, fosse na burocracia estatal, assim como a contradição que os colocava em antagonismo. O Estado feudal-absolutista se recompunha nas sombras e se disseminava sobre as instituições administrativas e policiais, até mesmo sobre o partido, o mediador principal da vida social e política.

O enfrentamento da crise implicou o esvaziamento da concepção de capitalismo de Estado que a necessidade havia feito Lênin projetar e que Bukhárin viria a aprofundar, ou seja, um capitalismo de Estado que precisaria de alicerce forte no campo, em termos econômicos e de sustentação social. O risco que se apresentava, porém, era o fortalecimento de uma burguesia agrária, que poderia almejar o poder político, necessariamente em aliança com o imperialismo. Mas um capitalismo de Estado baseado

na grande indústria estatal, como pressuposto da transição socialista, era ainda inviável frente o atraso das forças produtivas do trabalho, da sua deficiente auto-organização e capacidade hegemônica de classe.

Assim, o cenário apontava a quase impossibilidade de solucionar a crise, fosse por meio da passagem para um capitalismo atrasado de base agrária e também a impossibilidade de um capitalismo de Estado com base na grande indústria e com direção efetiva da classe operária em contexto de ditadura democrática com o soviete como fundamento da democracia. Mas estava também sempre mais complexa e difícil a continuidade da chamada NEP, ou seja, o capitalismo de Estado com base agrário-industrial, que alimentava a industrialização de maneira articulada e homogênea, segundo se pretendia, pelo menos. Isso tudo exatamente porque a classe operária não tinha condições de ser hegemônica e o partido comunista tinha dificuldades enormes de representar efetivamente a classe que se formava novamente depois do extermínio da guerra civil e de formular um projeto que fosse capaz de respaldo suficiente para enfrentar crises e suportar o baixo padrão de vida com um mínimo de percalços.

O Estado operário que havia surgido pela atividade autônoma e antagonista das massas no decorrer de 1917, como notara Lênin, só poderia se consolidar com a condição que a revolução se difundisse para a Alemanha e que o capitalismo de Estado baseado na grande indústria estatal criasse, na Rússia, as condições para a transição socialista. A revolução socialista internacional fora derrotada e, na Rússia, foi destroçada a grande indústria e a própria classe operária. O desenho do capitalismo de Estado precisou ser mudado, assumindo as diretrizes da Nova Política Econômica, que postergou a rápida criação ação das condições materiais da transição em troca da busca do consenso nacional popular, ou seja, do respaldo das frações camponesas.

Acontece que as instituições do Estado operário se encontravam também debilitadas, não só a produção material. A guerra civil induziu a militarização da vida social, que, junto com a destruição de meios e bens de produção, assim como da própria classe operária, esvaziaram o soviets, como instituição básica do novo Estado. O poder passava a se concentrar no partido, mais exatamente na sua cúpula, gerando uma importância crucial às suas contendas internas. Trata-se de uma situação propícia para

a recomposição da administração estatal nos moldes burocráticos do absolutismo-feudal, particularmente a partir de 1924, quando o Partido se abre para novas levas de militantes e tem que nomear servidores públicos em quantidade. A dificuldade da situação é bastante clara, pois o Partido teria que escolher entre se abrir para a vida social ou se manter fechado numa restrita militância de bolcheviques de primeira hora, que se descolava das massas e suas demandas. A opção por abrir o Partido fez com que a senda estivesse iluminada para arrivistas sociais e novos membros forjados no ambiente da antiga ordem.

Por outro lado, no campo, em particular, se disseminava a produção mercantil, com a inerente diferenciação social, e se revitalizava a comuna agrária. Era uma corrida contra o tempo: ou se refazia uma classe operária com capacidade de hegemonia para dirigir o capitalismo de Estado e a criação das condições da transição ou as instituições absolutista-feudais se reorganizariam com nova faceta. Percebe-se que as condições para a manutenção do Estado operário com base nos soviets, ao modo de uma ditadura democrática, eram por demais exíguas.

Entre a dificuldade de configuração da hegemonia da classe operária sustentada pelas massas camponesas e a igual dificuldade da implantação de um capitalismo de base agrária mercantil, considerando que a burguesia industrial era apenas residual, a solução que se apresentou para a crise social, que se confundia com a crise do capitalismo de Estado de base agrário industrial, foi o desencadeamento de uma revolução passiva.

Era o terceiro fracasso da Rússia no século XX, que havia visto já naufragar a via prussiana de desenvolvimento do capitalismo em seguida a revolução de 1905, a impossibilidade de inserção em uma revolução socialista internacional (1917-1921), e agora as dificuldades incontornáveis no desenvolvimento capitalista de Estado direcionado para a transição socialista. Em todas as situações o cenário internacional teve peso decisivo, ainda que diferenciado.

#### **4 A CRISE DO CAPITALISMO DE ESTADO**

A derrota definitiva das vertentes de esquerda do bolchevismo, em 1927, que se agruparam em torno de Trotski, coincidiu com a derrota da

revolução chinesa, com o renovado isolamento da URSS no cenário internacional e com o agravamento da luta de classes no interior desse País, que gerou a crise social e as condições para o fim do próprio capitalismo de Estado como delineado pela NEP. As péssimas condições de vida, o desemprego, a crise de abastecimento, tudo fez difundir forte descontentamento nas cidades, que culminaram em movimentos grevistas importantes, a indicar o conflito com a administração fabril e a corrosão da base de apoio do partido e do governo. O conflito social no campo estimulou a retenção da produção e aumentou o desabastecimento nas cidades. Cidade e campo viviam em mundos estranhos e a posição que era das esquerdas do bolchevismo, que pensavam priorizar a base de apoio urbano-industrial, ganhava força difusa.

Se a hegemonia operária não se configurava, ou antes, se o corporativismo operário voltava a se manifestar com força, se a base de apoio do regime se enfraquecia no campo com a crise social, que se manifestava mesmo em revoltas marcantes, que poderiam o partido e o Estado fazerem? A recomposição do capitalismo de Estado vigente desde 1921 era possível? Como mais uma vez recompor as suas bases sociais?

Com a crise de abastecimento e de fornecimento de matérias primas para a indústria havia o risco de fechamento de fábricas e de se ampliar o desemprego. Na crise econômica e social generalizada foi necessário se fazer opções e o partido decidiu por priorizar os interesses urbanos, onde se encontrava a sua base social mais sólida e fiel, ainda que trepidante. A opção pela aceleração da industrialização ocorreu também como decorrência do agravado isolamento econômico e diplomático a que a URSS se encontrou a partir da segunda metade de 1927, que difundiu a preocupação com um possível ataque externo. A inevitável implicação foi o substantivo aumento da repressão social na cidade, mas muito principalmente no campo.

Contra as determinações do Plano Quinquenal e contra os administradores, os operários se insurgiram em 1928. Acusada a Inspeção Operária e Camponesa de inoperante, a OGPU (a polícia política de então) passou a agir com mais determinação e força. O descontentamento dos operários foi direcionado contra a camada inferior da administração pública, que redundou em processos políticos de finalidade demonstrativa. A direção dos sindicatos favorável às demandas dos operários foi mudada por outra que privilegiava a questão da disciplina no trabalho. No campo a repressão se

desencadeou com brutalidade, acoplada a medidas de restrição ao mercado e requisição da produção, fazendo recordar o tempo da guerra civil.

Os fundamentos econômicos e sociais que sustentavam o projeto da NEP estavam sendo inexoravelmente corroídos. O capitalismo de Estado de base agrário industrial, conforme teorizado por Bukhárin, precisava de relativa estabilidade no cenário externo e a busca permanente do consenso social interno a ser alcançado pelos métodos da política, com paulatino crescimento do bem estar e elevação cultural das massas. Coerente com essa concepção os seus defensores insistiam que a ameaça externa estava sendo muito exagerada e que os problemas econômicos estavam na concepção mesma do plano de industrialização, portanto, na alta administração e na cúpula do Estado, e não nos estratos inferiores da administração responsáveis pela implantação. Do mesmo modo, persistiu-se na defesa da agricultura familiar com base cooperativa e das empresas agrária médias.

Por outro lado, a interpretação de Preobrajenski, feita ainda nos inícios da NEP, de que a tendência da economia soviética levaria a um inevitável conflito entre a cidade “socialista” e o campo “capitalista”, parecia se efetivar em 1928. Assim se explica o fato de muitos daqueles que até 1927 se encontravam ao lado da oposição de esquerda, terem aderido ao novo projeto de industrialização acelerada, como se fosse uma corrida pela efetiva construção das bases da transição socialista e a definitiva derrocada do capitalismo agrário. Não se considerou, no entanto, que a concepção de Trotski, em particular, estava voltada para a revolução internacional e para a necessidade de fazer crescer a classe operária, exatamente para reverter a ascensão da burocracia estatal (PREOBRAJENSKI, 1979).

Na verdade, o novo confronto que se exprimia no vértice do partido contrapunha ao projeto nepista de construção das condições da transição socialista, não com o projeto dito da “revolução permanente”, mas com outro que viria a se expor com alguma clareza somente agora, com a grave crise social. Entre 1923 e 1927, quando a NEP se impôs frente à perspectiva teórica de Trotski, com Bukhárin esteve Stálin e a maioria do partido, incluindo as novas levas que adentravam o organismo partidário por ânsia de ascensão social. Na luta ideológica, no esforço de sistematizar o pensamento de Lênin (contrariando o seu método, aliás), Stalin concebeu a idéia do “socialismo num só país” para opor a “revolução permanente” de Trotski. Nesse

momento essa formulação poderia ser entendida como reconhecimento da possibilidade de um capitalismo de Estado atrasado que construiu, ainda que parcialmente, as bases e os pressupostos da transição socialista, por esforço próprio, que era a concepção de Bukhárin (e de Lênin).

A partir de 1928, a formulação de Stalin e do grupo que se agregava ao seu redor ganha maior nitidez. O consenso social era pouco relevante diante da importância crucial da industrialização e da criação de fazendas estatais e de grandes empresas agrícolas. Certo que os camponeses deveriam arcar com sacrifícios a fim de garantir a industrialização, mas, em troca veriam também a produção agrícola se industrializar. Ademais, como se supunha que a transição socialista andasse avançada, difundiu-se a ideia absurda do ponto de vista teórico, de que a luta de classes se acirra na medida em que se progride no caminho do socialismo. Para completar, seria também indispensável à presença de um reforçado Estado socialista, que completaria a transição socialista dentro do território da URSS.

O projeto de industrialização acelerada e de formação de grandes empreendimentos agrícolas é, sem dúvida, revolucionário, mas emerge como produto de amplo consenso democrático? Emerge como desdobramento da elevação material e cultural das massas? É fruto da hegemonia operária no capitalismo de Estado soviético? A resposta é definitivamente negativa, considerando-se a insuficiência de força da classe operária para estabelecer a sua efetiva hegemonia na produção e no Estado, já que era uma classe operária em formação e a mediação do partido era insuficiente do mesmo modo, com implicações na legitimidade e representatividade.

De quem era então o projeto em vias de se implantar? Tudo indica que a administração pública, principalmente em suas altas instâncias, preservava interesses particulares, mas também interesses permanentes de Estado. O fato do Estado operário presente em embrião no soviético não se ter constituído efetivamente, por conta da guerra civil e da eliminação de grande parte da própria classe operária revolucionária, possibilitou a reconstituição social e cultural da burocracia do antigo Estado feudal-absolutista.

Desprovida de ideologia própria e de força política, essa força social se imbricou com o partido, aproveitando de seus limites como camada dirigente da classe operária, dos limites da própria classe operária e tam-

bém das crises sociais e econômicas do capitalismo de Estado agro-industrial. Partes dessa velha burocracia já não existiam mais e certos elementos deveriam ser eliminados para que a revolução / restauração fosse possível, e assim se procedeu, mas também houve a incorporação da burocracia operária que se formava. Mas essa era uma necessidade para que a própria recomposição e reciclagem do Estado absolutista pudessem ocorrer.

Em 1928 surgiu a ocasião para que a burocracia estatal reciclada, mas, sem dúvida, continuadora da tradição feudal-absolutista, partisse para a ofensiva restauradora do seu Estado, pois a correlação de forças lhe era favorável. A pressão operária a partir das fábricas em oposição aos administradores, de início, contou com o apoio do sindicato, mas a luta entre os interesses econômico-corporativos da classe operária e dos administradores, que clamavam por disciplina no trabalho para garantir a produtividade, acabou com a mudança na direção dos sindicatos, que passaram apoiar a disciplina do trabalho a partir do plano econômico global acertado pelas instâncias estatais. O sindicato se tornava assim organização de uma excrescência da classe, da mesma forma que aconteceria com o partido logo depois. Sindicato e partido, de instituições orgânicas e representativas da classe operária passavam a ser uma excrescência que se voltava contra a classe, despojando-a de autonomia e autoatividade, além da capacidade e direito de se opor ao seu próprio Estado.

A disputa política, que no fundo era expressão da luta de classes se expressou mais uma vez na contenda partidária, mas o projeto nepista, ao que tudo indicava, estava já derrotado. O peso do Estado político desabou sobre a sociedade civil e os camponeses foram as maiores vítimas. A produção continuava estagnada e a resistência camponesa crescia, promovendo a matança de animais e mesmo assassinato de representantes do governo. Em troca ocorria o reforço da OGPU (polícia política) e a multiplicação de processos políticos. Tributos, requisições e política de preços arruinaram os camponeses médios, que, sem alternativa, entravam nos empreendimentos agrícolas organizados pelo Estado. Embora a produção industrial também estivesse estagnada e até com queda de produtividade, o esforço maior do partido era garantir o apoio da classe operária, para a qual eram oferecidos relativos privilégios (num claro estímulo ao corporativismo), mas sem que a autonomia da classe se fizesse presente.

A fração de Bukhárin, ainda no início de 1928, contava com apoio nas instâncias partidárias, no sindicato, no exército, entre os camponeses, na Internacional Comunista, mas mesmo assim não conseguiu fazer frente à ofensiva burocrática, que contava com aquela parte do partido que havia já absorvido essa concepção com a expectativa de ascensão social, muito mais do que como estratégia da transição socialista. A disputa se arrastou por cerca de ano e meio e culminou com a vitória completa de Stálin e seu grupo. Bukhárin logo se deu conta que o que estava a se implantar era uma forma de “exploração militar-feudal do campesinato.” (BUKHARIN, 1980).

Ainda que seja verdade que o grupo de Stalin tenha se mostrado mais competente na luta pelo poder, mais determinado e despreocupado com questões legais ou éticas, essa é apenas uma parte da explicação para o fracasso do capitalismo de Estado agrário industrial do qual era Bukhárin o principal teórico. Tampouco pode ser explicada a revolução passiva que redundou no socialismo de Estado pela perfídia de Stalin, ou por qualquer outra interpretação subjetivista.

O fato é que as dificuldades para o estabelecimento da hegemonia operária com mediação do partido desempenharam um papel fundamental. A dinâmica que deveria recriar uma classe operária já com grau de qualificação, disciplina e consciência suficiente para se exprimir como dialética democrática no partido e no Estado, bloqueando qualquer tendência à remonta burocrática se mostrou inviável do começo ao fim no desesperado projeto nepista, que Lênin elaborara. Parte essencial da tragédia ficou por conta da alternativa que o partido operário tinha de se manter fechado à vida social ou então se abrir para novas levas sociais, das quais à grande maioria faltava qualificação profissional e consciência revolucionária, mas buscava melhorar a sua condição de vida.

## **5 A REVOLUÇÃO RESTAURADORA E O CESARISMO: FASE ECONÔMICO-CORPORATIVA**

Como explicar o que se sucedeu com o fim do capitalismo de Estado agro-industrial? É possível que a categoria de revolução passiva elaborada por Gramsci nos Cadernos do Cárcere possa ser de utilidade. Gramsci elaborou essa categoria inicialmente com o objetivo de explicar



a particularidade da revolução burguesa na Itália, que teria sido realizada pelas próprias classes dominantes reorganizadas diante da pressão das classes subalternas e do impacto externo da revolução francesa. A própria revolução francesa, porém, um processo de longa duração, passara por fase de restauração, jamais completada, pois que não era possível reverter completamente a obra revolucionária, constituindo assim um momento de revolução / restauração.

Gramsci, em seguida, procurou interpretar o fascismo como forma de revolução passiva que reorganiza o capitalismo, cujas classes dirigentes encontravam-se em crise de hegemonia. O impacto da revolução socialista e a pressão das classes subalternas italianas obrigaram as classes dominantes a se reorganizarem sob a forma do fascismo depois de derrotarem a classe operária. Mesmo sem um evidente impacto externo, Gramsci aventava que também o americanismo-fordismo seria uma variante de revolução passiva, na medida em que reordena a classe dominante e submete as classes subalternas de forma mais eficaz. Sobre a URSS, Gramsci apresenta apenas alguns possíveis indícios de que ocorria também ali uma revolução passiva e uma fase econômico-corporativa, na qual predominava a ditadura sem hegemonia. (GRAMSCI, 1975).

Pode ser efetivamente útil utilizar a categoria de revolução passiva na explicação da crise do capitalismo de Estado agro-industrial da URSS dos anos 20? A presença do impacto externo do imperialismo reorganizado depois da guerra, particularmente na inovadora forma americanista, era patente em todos os momentos e formas de pressão econômica e político-militar. Por sua vez, a classe operária que fez a revolução foi dizimada, mais do que derrotada, abrindo uma possibilidade para que as forças sociais do antigo regime se reorganizaram para redefinir a sua dominação.

Pelas circunstâncias, a revolução passiva, ao que parece, era inevitável na URSS, a menos que a revolução socialista internacional ganhasse fôlego. Mas qual seria o seu produto? A revolução socialista inviabilizou a via prussiana de desenvolvimento capitalista, mas a guerra civil e a derrota da revolução socialista internacional dificultaram sobremaneira a criação das condições para a transição socialista e a crise do capitalismo de Estado agro-industrial não deixou outra saída senão a revolução passiva, já que a classe operária não atingira e nem poderia ter atingido o estágio da hege-

monia civil. Mas essa revolução passiva, até para se constituir como tal, de algum modo deveria aparar o impacto do americanismo fordismo.

A burguesia industrial surgira na Rússia como criatura do Estado feudal-absolutista e era agora muito residual, enquanto que a burguesia agrária que se formava nos interstícios do capitalismo agro-industrial tinha poucas condições de almejar a hegemonia ou o poder estatal, senão aliada com forças imperialistas. Assim, a única força capaz de conduzir a revolução passiva era o Estado político, a burocracia feudal-absolutista recomposta e reciclada ao absorver a excrescência da classe operária – ou seja, as instituições burocratizadas da classe.

Mas de que Estado se tratava enfim? Era um Estado operário que não se concretizava por conta de carências variadas nas forças produtivas, na constituição da classe operária, na sua organização e cultura, na sua relação com o partido, no próprio partido, enfim, um Estado operário sem hegemonia operária? Ou um Estado operário que convivia com a recomposição paulatina da burocracia feudal-absolutista reciclada, que se entrelaçava com o próprio partido operário, o qual se tornava por sua vez a excrescência da classe? A crise do capitalismo de Estado agro-industrial foi a oportunidade para a ofensiva burocrática em toda a linha.

Não poderia, no entanto, tratar-se pura e simplesmente de uma restauração do poder feudal-absolutista, posto que a nobreza feudal não mais existisse e os latifúndios estatais ou de posse feudal não mais existiam. A restauração deveria passar então pelo controle do Estado e a partir dessa instância política controlar a vida social, antes de tudo os camponeses. A redução dos camponeses à condições feudais passou pelo extermínio da burguesia agrária e pelo endereçamento dos trabalhadores do campo para as fazendas estatais. Ao mesmo tempo em que se implantava a “coletivização da terra”, também foi criado o sistema dos campos de internamento com trabalho forçado.

O controle da classe operária, por sua vez, deveria passar pela imposição da disciplina no processo de trabalho e a transformação do que restava de classe operária (classe para si, com consciência de classe, com capacidade de hegemonia civil) em massa trabalhadora submetida a uma paródia do taylorismo / fordismo, em grupo social subalterno explorado

e oprimido. O planejamento econômico e social seria a fórmula pela qual o Estado absolutista recomposto restauraria o seu poder e submeteria as massas trabalhadoras do campo e da cidade. Fica em aberto a questão de tratar-se de uma burocracia que se constituiu como expressão nacional ou apenas como casta.

A restauração feudal-absolutista deveria, porém, conter fortes elementos de revolução, deveria ser uma restauração progressiva. A revolução socialista de 1917 não poderia ser ignorada e a abolição da propriedade privada dos grandes meios de produção era irrevogável, ainda mais por se tratar de um País no qual a noção de propriedade privada capitalista nunca fora mais que embrionária no conjunto da vida social. O elemento mais forte de revolução foi o projeto de revolução industrial acelerada, com seus desdobramentos de proletarização e urbanização. Essa era uma condição para que o Estado russo se mantivesse forte no contexto internacional, pelo menos o suficiente para se defender da muito possível agressão imperialista. Em 1928 foi contratada a A. Kahn Organization, uma empresa estadunidense de engenharia, que capacitou administradores para a incorporação de tecnologia e definição de processos de trabalho dentro do padrão taylorista. O elemento de revolução passiva é claro.

Como a burocracia não contava com uma ideologia própria e precisou utilizar o partido como instrumento do seu poder, promoveu uma mutação ideológica, de modo a manter o projeto socialista como ideologia do Estado feudal-absolutista recomposto com nova face. A falta de um projeto próprio adequado ao século XX e a necessidade de encontrar força material e ideológica para o seu domínio levou a burocracia feudal-absolutista reciclada a ser a construtora do socialismo de Estado russo e a assumir o “marxismo” como sua ideologia. Mais que isso, passou a se declarar como guardião do “socialismo verdadeiro” e do “marxismo-leninismo”, que veio também a ser a nova ideologia imperial, em substituição a da Terceira Roma. Uma ideologia que assimilou ao mesmo tempo aspectos de vulgarização, de folclore e de mito. Assim, na URSS apresentou-se a situação que a ausência de hegemonia operária e de condições materiais da transição socialista fizeram a necessidade de uma fase econômico-corporativa, que acentuou medidas práticas de construção das referidas condições que se

colocaram contra a possibilidade da formação teórica, da reforma moral e intelectual e de gestação da hegemonia operária (GRAMSCI, 1975).

Em perspectiva histórica, o socialismo de Estado cria as condições materiais para a transição socialista, mas não é ele mesmo a transição em processo. O socialismo de Estado pode ser uma fase que precede a transição socialista ou que precede a instauração do capitalismo, dependendo de que classe encontra condições melhores para dirigir o seu processo de transposição. Mas a transição socialista é o avesso do socialismo de Estado na medida em que esvazia o poder político e burocrático, em vez de reforçá-lo, que elimina a propriedade privada, em vez de universalizá-la. O socialismo de Estado, contudo, também não é uma forma ou variante de capitalismo de Estado, não somente porque não conta com propriedade privada dos meios de produção e com a presença de uma burguesia privada, mas principalmente porque é produto da parcial restauração do absolutismo-feudal depois de uma revolução socialista comprimida, não da restauração de um capitalismo, que era muito frágil.

O socialismo de Estado, de algum modo, pode ser também identificado como uma forma de “via prussiana” sem burguesia, na qual a burocracia absolutista-feudal é o sujeito essencial, composta de diversos estratos sociais arcaicos e incluindo agora setores de origem subalterna. O socialismo de Estado não é um Estado burguês sem burguesia com relações sociais de produção socialistas (como pensava Trotski da URSS staliniana), mas sim um Estado que revoluciona e restaura o absolutismo feudal, um Estado feudal-absolutista com relações de produção que garantem a acumulação primitiva do capital e ao mesmo tempo a criação de bens de capital. A exploração do trabalho ocorre por meio da política de domínio, não por meio das relações de produção como no capitalismo. Assim, a extração da mais valia absoluta predomina, mas a industrialização possibilita a mais valia relativa apropriada coletivamente e distribuída hierarquicamente entre categorias e grupos sociais, que não constituem classes propriamente ditas. Assim, com a industrialização se abre a possibilidade de uma ulterior revolução burguesa, como ocorrida entre 1989 e 1991 na URSS e Europa oriental.

A implantação da revolução passiva, nesses termos, necessitava proceder à intensa repressão social e estimular o corporativismo operário, a fim de inviabilizar de vez a aliança operário-camponesa, que era a base so-

cial do capitalismo de Estado agro-industrial e a força que deveria alcançar a transição socialista. Ao mesmo tempo era preciso afastar ou neutralizar o grupo político que, no partido e no Estado, representava esse projeto e substituí-lo por outro, que passasse a subordinar todas as instâncias sociais e institucionais autônomas frente ao poder político administrativo, particularmente dos operários fabris.

O extermínio da burguesia agrária (kulacs) estava já em andamento quando o grupo de Bukhárin, dividido e enfraquecido, foi afastado das instâncias mais decisivas do poder, que teve no fortalecimento do projeto do plano econômico o desdobramento imediato. A característica do plano era raciocinar em termos de metas a serem cumpridas administrativamente e não partir dos recursos existentes.

A eclosão da gravíssima crise capitalista, em 1929, ofereceu novos argumentos ao grupo de Stalin, que defendia a inevitabilidade da crise capitalista e do ataque imperialista contra a URSS. A própria Internacional Comunista foi submetida aos ditames da ditadura política instaurada na URSS no decorrer de 1929, com os partidos sofrendo intervenções diretas a fim de serem afastados dirigentes afinados com a orientação de Bukhárin. Para justificar internamente a verdadeira guerra desencadeada contra o campesinato na URSS, a IC foi imposta uma política de ofensiva direta contra o capital, definida de “classe contra classe” e que percebia na social-democracia o inimigo principal, por ser essa vertente do movimento operário geradora de “ilusões” que bloqueavam a via revolucionária. Essa política contribuiu para a vitória da ditadura do capital com forma fascista, mais do que para a revolução socialista.

## **6 O SOCIALISMO DE ESTADO**

Marx e Engels já destacavam como a crítica da nobreza feudal ao capitalismo e a burguesia gerou uma sorte de socialismo feudal. A concepção de socialismo de Estado apareceu com Robert Owen na Grã-Bretanha e depois com Louis Blanc na França, mas forjou-se de maneira efetiva na Alemanha, com Ferdinand Lassalle, e estava nucleada na ideia de uma aliança entre a classe operária e o Estado, na qual os trabalhadores ofereceriam respaldo aos interesses estatais nacionais (burocrático-feudais) em

troca de direitos políticos e sociais. Essa visão alimentou depois o reformismo social-democrata, em outro patamar, no qual se colocou a visão de um capitalismo de Estado avançado que transitasse para o socialismo de Estado, na medida em que a classe operária assumisse o poder. Nessa perspectiva, na qual desponta o nome de Rudolf Hilferding, a classe operária não aparece como força antagônica ao capital, mas como agente / objeto de reformas definidas por um Estado destituído de sua natureza de classe, que generalizaria os direitos, assim que os monopólios e os meios de financiamento fossem estatizados.

Na URSS o socialismo de Estado surgiu como forma específica de revolução passiva do Oriente, subproduto do fracasso de diferentes projetos: da via prussiana de desenvolvimento capitalista, desencadeada após 1905 e inviabilizada pela crise global do bloco histórico do Ocidente a partir de 1914; da revolução popular socialista de 1917-1921, que ao ficar limitada a territórios do antigo Estado feudal-absolutista russo, reproduziu a dualidade Ocidente/Oriente; da construção de um capitalismo monopolista de Estado sob direção do partido comunista. A sobreposição desses sucessivos fracassos, com o impacto da retomada da crise do bloco histórico do Ocidente no final da década de 20, ofereceu as condições para que se desencadeasse a revolução/restauração no Oriente-russo. Sob o invólucro “marxista”, é possível que estivesse presente na ideologia socialista da burocracia absolutista reciclada uma variante da cultura narodnik, que previa uma aliança do povo / nação com o czar para a garantia do acesso a terra e ao trabalho.

A vitória do grupo staliniano na luta interna do partido implicou a eliminação tanto da burguesia agrária quanto do pequeno campesinato comunal, promovendo a abolição das relações mercantis e concentrando força de trabalho em fazendas coletivas e estatais. Assim, sob o nome de coletivização da terra houve a restauração da servidão de Estado, semelhante a existente na época czarista, a fim de preparar a mecanização da produção agrícola e criar excedente a ser desviado para as zonas urbano-industriais. Essa solução guarda analogias também com uma forma social oriental que jamais existira na Rússia, onde a comunidade agrária mantinha uma relação direta com o Estado (DEL ROIO, 2008).

De todo modo, o resultado foi o sepultamento da já cambaleante aliança operário-camponesa, pois os camponeses vislumbravam na entusiasmada organização da juventude comunista que se dirigia ao campo para realizar o “socialismo”, o reviver dos antigos burocratas cobradores de impostos do Estado feudal-absolutista. Para os camponeses era uma guerra da cidade contra o campo, a qual durou todo o período de realização do plano de 1928 a 1933. Nesse período se cumpriu a chamada coletivização do campo, ao custo da desorganização da produção e de milhões de mortes.

O projeto de industrialização acelerada concentrava e ampliava o número de operários fabris em grandes empreendimentos, ao mesmo tempo em que lhes retirava qualquer resquício de autonomia e poder no processo produtivo e no Estado. O crescimento da classe operária foi vertiginoso, mas não de uma classe operária dirigente de um Estado operário. Pelo contrário, tratava-se de uma massa de trabalhadores fabris espoliados pelos métodos da mais-valia absoluta. As instâncias do Estado operário transformaram-se em correias de transmissão da dominação da burocracia socialista, forma reciclada da burocracia feudal-absolutista. Soviet, sindicato, célula partidária, tudo foi transformado em instância administrativa do Estado-plano, configurando o que Gramsci entendia ser uma fase econômico-corporativa do Estado na qual não há hegemonia e nem florescimento cultural.

A direção única de fábrica, implantada desde 1918 por Lênin, permaneceu pelo período da NEP, mas seu poder era limitado pela assessoria técnica qualificada e principalmente pela célula do partido e pelo sindicato. A partir de 1929 a célula e o sindicato já estavam integrados na administração e responsabilizados pela produção, deixando então de exercer o controle político da direção fabril e de promotor da democracia industrial, invertendo o seu papel e passando a ser agente de controle dos trabalhadores e não mais dos diretores. A nova função do sindicato era a de controlar a disciplina do trabalho e estimular a produção, tendo sido, em 1935, abolida até mesmo a contratação coletiva. A monocracia na fábrica, porém, estava já consolidada quando passou às mãos do diretor o poder de demitir e punir – por meio do controle da alimentação e habitação dos trabalhadores -- aqueles que se desviassem da disciplina fabril, cujas faltas

foram identificadas à sabotagem e incluídas no código penal, poderiam ser enviados aos campos de trabalho forçado (LEWIN, 1985).

O poder político dos administradores ligados ao partido, com derivados benefícios econômicos, e o crescimento de uma camada social de funcionários intermediários pouco capacitados -- mas que controlavam o cotidiano fabril -- desenhou o novo proletariado, forjado em parte com foragidos da “coletivização”, como estrato inferior da vida social urbana. O partido deixou assim de ser o partido da classe operária na transição socialista para ser excrescência da classe na organização do socialismo de Estado e do neo-absolutismo.

Os intelectuais técnicos e culturais não comunistas que vinham prestando serviço ao Estado soviético, foram vítimas da repressão e dos primeiros a serem internados em campos de trabalho forçado já a partir de 1931, o que implicou o rebaixamento do padrão técnico da produção, obrigada a incorporar os “práticos”, que assim ascendiam socialmente. Mas o fato é que esses campos de trabalho forçado, povoados por seres sociais ideologicamente inferiorizados por hipoteticamente resistir à instauração da “nova ordem”, tiveram um papel econômico de monta na produção do excedente a ser investido na indústria e no sustento da burocracia estatal (CHLEVNJUK, 2006).

A submissão da classe operária e do campesinato ocorreu a partir do momento que as suas instâncias de organização e representação -- o soviet e o sindicato -- foram transformadas em instâncias de sua opressão. Na verdade, classe operária e campesinato deixavam de existir enquanto tais para que surgisse uma enorme massa de trabalhadores submetidos ao Estado político. Restava apenas a ilusória esperança de que a luta interna no partido pudesse levar a uma nova mudança de situação (AVTORCHANOV, 1980).

A autonomia relativa entre Estado, partido e sindicato que subsistia no período da NEP, extinguiu-se no socialismo de Estado, quando prevaleceu a tendência à fusão num único poder político-administrativo. Na medida em que se restringia o debate político, o poder decisório se concentrava no vértice do partido ao mesmo tempo em que esse crescia e se consolidava entre os trabalhadores. Esse paradoxo aparente se deslinda a partir do momento



que se observa que o partido deixara de ser instrumento do poder político da classe operária para ser instrumento de controle, disciplinamento e educação do mundo do trabalho, tendo em vista a acumulação “primitivo-socialista” do capital. O socialismo de Estado promove a completa estatização de uma sociedade civil construída segundo seus desígnios, onde partido, sindicato, soviet, escola, imprensa, etc., sob o controle onisciente da polícia política, encontram-se ligados ao mundo da produção, com o objetivo manifesto de convergir para o ideal do Estado-plano, como único propulsor da acumulação e gestor das coisas e dos homens.

Surgido no contexto da guerra dos trinta anos do século XX, o socialismo de Estado é uma ordem social militarizada que exige uma significativa força armada e uma política externa ativa, combinando diplomacia, espionagem e a IC. A camada burocrática que se formou da revolução / restauração feudal absolutista é composta por interesses conflitantes originados da crescente desigualdade e da sedimentação de grupos profissionais e sociais com prestígio e renda diferenciados, interseccionados com a organização partidária. Compunha-se de administradores, engenheiros, ideólogos, militares, políticos que submetiam a massa trabalhadora. Dividia-se, de modo geral, entre aqueles que privilegiam a técnica do poder e do plano e os que se preocupam com a questão do consenso, tendo em vista o risco de desagregação da ordem social e estatal.

Uma depuração do partido decidida pelo grupo de Stalin no Comitê Político partidário, sem consulta a qualquer outra instância, ainda em 1933, restringiu a ação da massa partidária, colocada toda em suspeita. Mesmo assim, no congresso do partido comunista de 1934, o de número XVII, Stalin precisou chamar atenção contra os perigos que rondavam a revolução passiva em execução.

Com o discreto suporte dos velhos bolcheviques a essa segunda tendência, preocupados com os riscos da desagregação social, conseguiu-se uma situação de compromisso, entre 1934 e 1936, que implicou a suspensão da guerra anticamponesa e da pressão política policial sobre os trabalhadores fabris. A IC, por sua vez, adquiriu uma temporária autonomia, pressionada pela gravidade da ofensiva fascista, que permitiu a retomada da política de frente única sob a forma de frentes populares, contemplando ao mesmo tempo o interesse soviético de aproximação com a França. A

ascensão do nazismo passava a preocupar a burocracia socialista e a recomposição do consenso interno ganhava importância.

Durante esse período o número de inscritos no partido foi diminuindo devido à depuração, e visto que nem a eficácia produtiva nem o consenso social aumentavam, entre os anos 1937 e 1938, foi desencadeada impiedosa repressão contra o próprio partido, com condução da polícia política, atingindo todas as instâncias diretivas e as forças armadas. A direção do partido bolchevique foi praticamente eliminada. A rigor tratava-se agora de um acerto de contas no interior do próprio Estado, já que as classes subalternas estavam em situação de incontestável subordinação econômica e política. A partir de então, eliminado o antigo grupo dirigente bolchevique, um novo partido começou a ser construído com aqueles que participaram na guerra anticamponesa e da corrida pela produção industrial, em geral arrivistas sociais, entre os quais se contavam grande número de funcionários e pequenos intelectuais, cuja cultura prática tendia a reproduzir aquela da burocracia feudal-absolutista.

Era esse um partido feito à imagem de Stalin, que encarnava, de acordo com o papel a ser desempenhado, Ivan IV (o consolidador da “terceira Roma”), Pedro I (o modernizador do Estado e da economia) ou Lênin (o revolucionário internacionalista), e acreditava estar conduzindo a História e a construção do “homem novo”, na medida em que procedia a “edificação socialista”, tendo o “marxismo-leninismo” como guia infalível. Uma implacável ditadura deveria ser imposta àqueles que se opunham a esse projeto de dimensão universal, que tinha na URSS apenas seu marco inicial. O trabalhador absenteísta, o reivindicador de melhores condições de vida e trabalho, o opositor político-ideológico, eram todos tratados como “sabotadores” e “traidores” da grande obra faústica em andamento, manietados por “contrarrevolucionários” de diversos matizes, entre os quais tinha particular destaque os “trotskistas”, associados ao “imperialismo”.

Mas era também inaceitável que se formasse um grupo de grandes “senhores feudais” na economia e na política e para que isso não viesse a ocorrer a atenção do “czar” Stalin e da polícia política era contínua, a colocar sob tensão permanente a própria burocracia do novo regime feudal-absolutista composto ao modo do socialismo de Estado. Não era conveniente recair nos erros de Ivan IV, que, na fase histórica da Rússia de fins

do século XVI e começo do século XVII, não coagiu suficientemente os feudatários boiardos e permitiu a invasão polaco-sueca e a posterior insubordinação dos camponeses.

Esse socialismo de Estado constituiu uma forma de revolução passiva específica do Oriente, por pretender não a ocidentalização subalterna, mas por indicar no socialismo de Estado uma via da modernidade que resgata aspectos do feudalismo oriental e promove a acumulação de capital de forma anticapitalista, sob um regime cesarista. Nessa forma de revolução passiva, a sociedade civil é criatura de um Estado que impede o desdobramento das dimensões públicas e privada da vida social, como na modernidade capitalista do Ocidente, pois que se constitui em lócus de generalização da propriedade privada coletiva, realizando aquilo que Marx chamava de “comunismo toscano” (MARX, 2004). O Estado não se configura como poder público da coletividade, mas como poder político da camada burocrática, cuja ideologia recusa a propriedade privada individual e bloqueia a emergência de uma sociedade civil autônoma, que poderia dar origem tanto a interesses individuais privados como a uma esfera pública efetivamente socialista.

O Estado, enquanto poder político burocrático que cria e se sobrepõe à sociedade civil, é elemento propulsor da acumulação não capitalista do capital e de distribuição da riqueza social, gerindo assim a desigualdade e as relações entre grupos sociais. Esse Estado feudal-absolutista revolucionariamente restaurado no socialismo estatal aloca e reduz a força de trabalho ao regime de salário, enquanto que o exercito industrial de reserva é conduzido ao trabalho forçado nos campos de “reeducação”, num moderno resgate da servidão feudal de Estado. O produtivismo -- gerador de coisas que movimentam essa ordem -- nega a personalidade do homem e expressa a universalização da apropriação privada da riqueza social. Assim é que o socialismo de Estado generaliza a propriedade privada como forma específica de imposição do trabalho perpétuo que distingue a modernidade capitalista, afirmando a alienação em vez de promover a emancipação humana.

## 7 A EXPANSÃO DO SOCIALISMO DE ESTADO

A última fase da guerra dos trinta anos do século XX, de 1941 a 1945, colocou em confronto aberto três formas de revolução passiva e seus subjacentes projetos de império universal: o americanismo liberal, o fascismo e o socialismo de Estado. Nessa disputa triangular o Ocidente liberal anglo-americano aliou-se ao Oriente feudal-socialista porque se tratava de decidir, prioritariamente, contra a aliança nipo-germânica, a sobrevivência do núcleo original do Ocidente e o controle do Oriente asiático. A derrota da aliança fascista, em 1945, impossibilitou a consolidação do corporativismo estatal como forma de revolução passiva, mas reabriu a possibilidade da configuração de alternativas nacional-populares, particularmente na região do Oriente europeu, então dominada por blocos agrários e anexada ao império alemão. A convergente ação do exército soviético em progressão, com a insurgência popular armada, a partir de fins de 1944, criou condições para a realização de revoluções nacional-populares, tendo a aliança operário-camponesa como força motriz.

Embora numa enorme diversidade de situações, Albânia, Iugoslávia, Bulgária, Romênia, Hungria, Checoslováquia e Polônia empreenderam a institucionalização de repúblicas democráticas. Tratava-se, realizada uma radical reforma agrária, de desenvolver um capitalismo monopolista estatal a partir de um planejamento central socialmente controlado, com bancos e setor de bens de capital estatizados e voltados para o fortalecimento do mercado interno, além de investimentos na mecanização do campo e na formação de cooperativas agrícolas. Parecia enfim se realizar a ditadura democrática, teoricamente formulada por Lukács e outros, e agora rebatizada por Dimitrov com o nome de democracia popular.

Esses novos regimes eram dirigidos por frentes nacional-populares pluripartidárias (com exceção de Albânia e Iugoslávia) de amplitude variável, que eram legitimadas pela presença de oposições liberal-conservadoras. O conteúdo econômico político desses Estados dependia do peso da burguesia industrial, da atitude tomada diante da ocupação nazista e de sua ascendência sobre o campesinato, assim como da capacidade da classe operária e seus partidos estabelecerem uma aliança estável com o campesinato e camadas médias urbanas. Nessa forma política, através da elevação cultural e da ativação política das classes subalternas a hegemonia estaria

em disputa com as burguesias no próprio processo de construção da sociedade civil, quando poderia se colocar o problema da transição socialista (FEITJO, 1977).

Essa constelação de democracias populares, instauradas no Oriente europeu ameaçava também o socialismo de Estado russo como forma específica de revolução passiva do Oriente e restauração feudal-absolutista, mas foram os EUA os primeiros a se darem conta do perigo que representava para o seu projeto de reconstrução do império universal do Ocidente a partir do americanismo, pois que poderiam se difundir para o Ocidente, particularmente para a Itália. Enquanto a URSS mantinha-se na expectativa de ajuda econômica, os EUA decidiram-se por romper, em 1947, em todos os níveis, a aliança antifascista, forçando a definição de “partidos americanos”. A saída da esquerda social-democrata e comunista dos governos de coalizão da França e Itália, dos trabalhistas do governo inglês, a formação da RFA (Alemanha ocidental) e a intervenção na guerra civil grega, definiram os conteúdos e contornos do império do Ocidente. A OTAN e o rosário de bases militares americanas espalhadas por todo o mundo constituíram a nova força militar imperial.

A URSS, que saíra exaurida da guerra dos trinta anos (1914-1945), aguardava ajuda e investimentos do Ocidente na obra de reconstrução, enquanto que o prestígio angariado na vitória permitia o fortalecimento internacional dos comunistas e a maturação de alternativas nacional-populares aliadas. A decisão americana de fechar as fronteiras do império ocidental e provocar o recuo ou até mesmo o estrangulamento da URSS, assim como a mobilização social implícita aos novos regimes democráticos, obrigou também a definição das fronteiras do império do Oriente, que estavam, aliás, pressupostas desde a conferência de Ialta, em 1943. O esforço de reconstrução no isolamento e com ameaça de ataque nuclear, reproduziu as condições sociais presentes nos anos 30 que permitiram a superexploração da força de trabalho nas fábricas e nos campos de concentração.

Entre 1947 e 1949, em simetria com a recomposição imperial do Ocidente, o socialismo de Estado, como forma específica de revolução passiva, expandiu-se pela Europa oriental, sobrepondo-se a alternativa nacional-popular. A primeira medida foi a formação do Comitê Informativo

Comunista (Kominform) no segundo semestre de 1947, que agregava os partidos comunistas no poder na Europa oriental (com exceção da Albânia) mais o PCI e PCF. Passou-se, em seguida, à dissolução das frentes populares, à fusão forçada de social-democratas e comunistas e à perseguição da oposição liberal. Os ensaios de formação de federações entre democracias populares (Bulgária / Iugoslávia / Albânia e Checoslováquia / Polônia) foram acintosamente obstruídos por Stalin, exatamente por contrariar a lógica do Império. A Iugoslávia, que havia realizado uma revolução baseada na aliança operário-camponesa, conduzida pelo partido comunista, recusou a homologação ao império do Oriente e rompeu com a URSS.

Utilizando as divergências políticas nos partidos que compunham o Kominform, o partido comunista da URSS impôs seus pontos de vista, tachando de “titoístas” os defensores da autonomia das democracias populares. A ruptura com a Iugoslávia e a formação da RDA (Alemanha oriental) em 1949, definiu as fronteiras europeias do império do Oriente e do socialismo de Estado. No entanto, a política imperial da URSS, até por não ser capitalista, não pode ser considerada imperialista em sentido estrito, do modo formulado por Lênin. A sua política imperial tem relação, também aqui, com as características expansivas pré-capitalistas do antigo Império russo feudal-absolutista.

A radicalização da alternativa nacional-popular na Checoslováquia, o mais ocidentalizado desses países, em fevereiro de 1948, quando a classe operária ocupou as fábricas e as ruas com apoio discreto do aparato policial, viu-se sufocada nesse processo. Do mesmo modo que nas outras democracias populares, onde a presença dos comunistas era mais débil, já no primeiro semestre de 1948 o partido comunista ganhou foros de partido do Estado. Com toda oposição perseguida, abriu-se rota para a repressão de massa, a estatização da sociedade civil e da economia e a conformação de uma burocracia estatal socialista que implantou uma política de coletivização forçada da terra e de industrialização acelerada, com a consequente superexploração da força de trabalho.

A ampla base social camponesa e pré-capitalista explica o poder político burocrático do socialismo de Estado, isso porque o campesinato pobre tem dificuldades em se organizar e gerar intelectuais próprios e também porque o absolutismo feudal tende a se recompor como neoabso-

lutismo. Certo que cada um dos Estados feudal-socialistas que se formou tem a sua particularidade, mas vale destacar o caso alemão oriental, onde extirpada a burguesia, pode se forjar a aliança entre o Estado prussiano e a classe operária, seguindo a tradição que vinha de Lassalle. Do mesmo modo vale o destaque da Checoslováquia, onde socialismo de Estado menos apresentou aspectos progressivos, por conta da longa trajetória de luta operária e nacional e da anterior experiência democrático burguesa.

A vitória da revolução nacional-popular chinesa, também em 1949, resultado da atuação bem sucedida da política de frente única e da aliança operário-camponesa, permitiu que se ampliasse a representação ideológica de um compacto e uniforme “campo socialista”. No entanto, por suas próprias dimensões geo-demográficas e tradição histórico-cultural, a China preservou sua autonomia em relação a URSS, alternando momentos de colaboração e de fricção. A URSS apoiou política e militarmente os chamados movimentos de libertação nacional, sempre que se mostrassem hostis ao império do Ocidente, cuja pressão política facilitava aquela aliança em nome do antiimperialismo.

Com a morte de Stalin, em 1953, abriu-se um conflito institucional que visava fazer o partido retomar o controle do Estado submetido ao poder policial. A sedimentação de interesses sociais setoriais obrigou um rearranjo do poder burocrático a fim de estabelecer prioridades sócio-econômicas e relegitimar o papel dirigente do partido, ampliando o consenso social. A denúncia da obra de Stálin no XX congresso do PCUS (1956) consolidou no poder a burocracia gerada na esteira do extermínio do velho partido bolchevique, em 1937-1938. Essa burocracia estatal, imbuída de uma ideologia socialista, dita “marxista-leninista”, conseguiu impor sua hegemonia numa sociedade civil estatizada, restringindo os campos de trabalho, apresentando soluções econômicas e promovendo o crescimento cultural e científico. Já em 1955 foram lançadas as sementes de um mercado oriental, com a criação de um Conselho Econômico de Ajuda Mútua (Comecon) e foi assinado o acordo militar de Varsóvia, claros indícios de que se pretendia a reorganização do império em bases consensuais, buscando-se a reaproximação com a Iugoslávia e dissolvendo-se o inoperante Kominform.

O que poderia parecer a retomada da democratização socialista, ensejada pelo regime de democracia popular, foi na verdade a consolidação do socialismo de Estado com hegemonia da camada burocrática, que, além de interesses gerais do Estado, defende interesses materiais específicos, condicionados pela ideologia socialista, que limita a apropriação privada e a transferência por herança da riqueza. Em países nos quais a força política original dos comunistas era débil, como na Polônia e Hungria, a reestruturação foi mais difícil, dando margem a forte movimentação popular anti-regime, que culminou na insurreição de Budapeste, provocando a intervenção militar das forças imperiais. Na Albânia e na Romênia, por motivos opostos, a reestruturação foi imperceptível: num caso, pela sustentação popular original do regime e, no segundo, pelo limitado consenso, que exigiu a continuidade da coerção e o progressivo deslocamento do poder para temas nacionalistas como esforço de legitimação.

Sustentada por uma massa de trabalhadores e de funcionários relativamente privilegiados, nos anos 60 a economia de grandes empresas estatais atingiu seu apogeu na URSS na função de acumulação não-capitalista de capital. Ao mesmo tempo, relações mercantis, vivendo numa zona de sombra da legalidade, forçavam passagem entre os estratos intermediários da burocracia do partido-Estado. O trabalho servil, embora diminuindo de intensidade, continuou existindo, já que contribuía para a acumulação da riqueza social desigualmente distribuída. A passagem do poder de Kruschev para Breshnev (1965) foi expressão de um conflito político no interior da camada burocrática, emerso com o temor da perda do monopólio do poder pelo partido, ensejado pela política do primeiro de fortalecer a autonomia de setores ligados à agricultura, em troca do que se passou novamente a priorizar a indústria pesada e seu uso militar (VOSLENSKI, 1980).

A relativa ampliação das relações sociais e político-culturais deu margem à retomada de uma autônoma dialética democrática na Checoslováquia, que culminou na “primavera de Praga” de 1968, mas a ameaça velada de ruptura no interior do império, num momento de escalada americana no Vietnã, provocou a intervenção militar do Pacto de Varsóvia e a eliminação do intento de democratização socialista. De outra parte, a China encaminhava-se, com a chamada “revolução cultural”, para



uma variante autônoma de socialismo de Estado, que precisou também fazer uso da repressão massiva e de campos de trabalho forçado, ainda que a mobilização popular tenha sido bastante intensa.

Esse foi o desdobramento e o resultado do fracasso do arranque econômico intentado em fins dos anos 50 e que havia resultado na morte por fome de milhões de pessoas. O embate entre a via do socialismo de Estado, que resgatava aspectos da forma oriental antiga, e a via do capitalismo de Estado se concluiu na China somente em fins dos anos 70 com a vitória da via capitalista no partido e no Estado. A via do capitalismo de Estado na China, no entanto, parece ser produto de uma aliança entre a burocracia feudal reciclada e uma burguesia emergente, ainda que, junto com o rápido crescimento econômico, ocorra uma proletarização em massa do campesinato e a criação das condições materiais da transição socialista, mas não, por ora, da hegemonia operária, que era, por sua vez, o intento declarado da revolução cultural.

## **8 A CRISE DO SOCIALISMO DE ESTADO E A NECESSIDADE DA TRANSIÇÃO SOCIALISTA**

Em fins dos anos 70 a crise de hegemonia da camada burocrática socialista, cuja origem, na URSS, fora o ressurgimento da burocracia feudal-absolutista, articulada com a excrescência da classe operária, era irreversível. Iniciada pela periferia, onde era mais frágil e mais recente, a crise manifestou-se com o surgimento de uma sociedade civil autônoma respaldada na economia mercantil e por instituições sociais tradicionais, com destaque para a Igreja católica. A economia socialista estatal, incapaz de incorporar produtividade ao trabalho social, passou a investir mais que nunca na tecnologia militar de ponta, realçando a militarização do império e sua expansão, manifesta na África e no Afeganistão. Ao mesmo tempo se reativavam os campos de trabalho servil, lotados com “loucos”, “bêbados” e “dissidentes”, a fim de tentar suprir a carência de valores de uso e de consenso social.

A acumulação originária do capital privado no núcleo original do Ocidente abriu espaços institucionais no Estado absolutista, compondo-se com a nobreza feudal. Mas no Estado feudal-socialista do Oriente, por sua

postura anticapitalista e antiburguesa, a acumulação privada só poderia abrir caminho através da irrupção de uma burguesia formada nos subterrâneos, sem qualquer parâmetro cultural legal que delimitasse sua atividade no mercado forjado na contravenção.

O esgotamento do socialismo de Estado na URSS poderia, em tese, implicar a possibilidade da efetiva transição socialista, dado que as forças produtivas do trabalho haviam alcançado um grau significativo de desenvolvimento. No entanto, isso não foi possível porquanto a classe dos trabalhadores foi sufocada na sua autoatividade por toda a fase do socialismo de Estado, não encontrando condições de organizar uma nova subjetividade que percebesse o socialismo de Estado como o reverso da transição socialista.

A pressão econômica, militar e ideológica desencadeada pelos EUA contra a URSS no decorrer dos anos 80 foi decisiva para que ocorresse a desintegração do Império do Oriente. O caminho intentado, a partir de 1985, de reverter o socialismo de Estado em capitalismo monopolista de Estado, com a finalidade de contornar a crise e garantir representatividade política a novas camadas intelectuais e profissionais, apenas abriu passagem para a transformação de frações da burocracia feudal-socialista em burguesia e para instauração de um capitalismo periférico. A passagem bem sucedida do socialismo de Estado para o capitalismo de Estado ocorreu apenas em países de base de desenvolvimento das forças de produção bastante atrasada e com grande massa de trabalhadores de origem e condição pré-capitalista, como a China e o Vietnã, mas sempre com condução de uma burocracia “socialista”.

O fim do socialismo de Estado teve como implicação uma avassaladora vitória do poder do capital, a configuração do seu império universal, a acentuação da derrota histórica do movimento operário e do projeto socialista, que já se configurava desde o fim dos anos 70. Acontece que a vitória do capital em todas as frentes torna mais visível a sua forma de reprodução ampliada destrutiva de bens de uso e do ambiente. A desintegração do socialismo de Estado, por ação da dinâmica do capital, culmina o projeto de construção de um império universal do Ocidente, mas em vez de consolidar uma revolução passiva de caráter global, com se propôs e se supôs, apenas antecipou a crise orgânica do capital e da ordem imperial.

A gravidade da crise, que é do capital, mas também é do gênero humano, indica a necessidade da ativação da transição socialista, da revolução comunista, por meio da autonomia antagônica das forças do trabalho. Isso só pode ocorrer por meio da radical oposição aos fundamentos da produção capitalista, ao seu modo de produzir e ao poder político do capital e todas as suas implicações políticas, como o militarismo, o sexismo, o racismo, mesmo que ainda seja necessário, em partes do território global do império, fazer uso do capitalismo de Estado como fase preparatória da transição. Mas, sem dúvida, tal capitalismo de Estado deverá estar subsumido aos interesses de uma frente única internacional das massas trabalhadoras e deve ser descartada qualquer forma de pseudo-socialismo, que obscureça as vias da emancipação humana com a reprodução do poder político, de novas formas de domínio que garantam a sobrevivência do capital, ainda que sob vestes não-capitalistas.

## REFERÊNCIAS

- AVTORCHANOV, A. *La tecnologia del potere: il potere nell'URSS da Stalin a Breznev*. Milano: La Casa di Matriona, 1980.
- BENVENUTTI, F.; PONS, S. *Il sistema di potere dello stalinismo: partito e Stato in URSS (1933-1953)*. Milano: Franco Angeli, 1988.
- BERTELLI, A. R. *Capitalismo de Estado e socialismo: o tempo de Lênin (1917-1927)*. São Paulo: IAP; IPSO, 1999.
- BETHELHEIN, C. *A luta de classes na URSS*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 2v.
- BOFFA, G. *Storia dell'Unione Sovietica*. Milano: Mondadori, 1976. 2v.
- BUKHARIN, N. *Le vie della rivoluzione*. Editado por Francesco Benvenuti. Roma: Riuniti, 1980.
- CALLINICOS, A. *A vingança da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- CHLEVNJUK, O. *Storia del Gulag: dalla colettivizzazione al grande terrore*. Torino: Einaudi, 2006.
- DEL ROIO, M. (Org.). *Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se o centro*. São Paulo: Ícone; Marília: Oficina Universitária, 2008.
- \_\_\_\_\_. *O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone, 1998.

- \_\_\_\_\_. *Os prismas de Gramsci: a formula política da frente única*. São Paulo: Xamã ; IAP; FAPESP, 2005.
- ELLENSTEIN, J. *The Stalin phenomenon*. London: Lawrence and Whishart, 1976.
- FEITJO, F. *Storia delle democrazie popolari*. Milano: Bompiane, 1977. 2.v.
- FERNANDES, L. *O enigma do socialismo real: um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.
- FITZPATRICK, S. (Ed.). *Stalinism: new directions*. London; New York: Routledge, 2000.
- GILL, S. (Org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del cárcere*. Torino: Einaudi, 1975 4t.
- KURZ, R. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LENIN, V. *Obras escogidas en doce tomos*. Moscú: Progreso, 1976. 12 t.
- LEWIN, M. *Storia sociale dello Stalinismo*. Torino: Einaudi, 1985.
- LOSURDO, D.; GIACOMINI, R. (Ed.). *URSS: bilancio di un'esperienza*. Urbino: Edizioni QuatroVenti, 1997.
- LUKACS, G. *L'Uomo e la democrazia*. Roma: Lucarini, 1987.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Boitempo, 2004.
- \_\_\_\_\_. ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MEDVEDV, R. *Lo stalinismo*. Milano: Mondadori, 1977. 2v.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- PREOBRAJENKY, E. *A nova econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- REIMAN, M. *La nascita del stalinismo*. Roma: Riuniti, 1980.
- TROTSKY, L. *A revolução traída: o que é e para onde vai a URSS*. São Paulo: Editora do Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005.
- TROTSKY, L. *As lições de outubro*. São Paulo: Global, 1979.
- VOSLENSKY, M. S. *A nomenklatura: como vivem as classes privilegiadas na União Soviética*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

## APENDICE

### O FIM DO IMPÉRIO DO ORIENTE E A ILUSÃO DA UNIVERSALIDADE DO OCIDENTE

Em 11 de novembro de 1989 uma pequena multidão colocava abaixo o Muro de Berlim, que desde 1961 dividia a cidade em duas partes: a capital da República Democrática Alemã (Alemanha Oriental) e um enclave que fazia parte da República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental). A cidade dividida de Berlim foi um dos pontos de maior tensão em todo o decorrer da chamada guerra fria, tendo-se transformado em símbolo dessa contenda política e ideológica entre os EUA e a URSS. De fato, com o fim da guerra dos trinta anos do século XX (1914-1945) o planeta assistiu a consolidação de dois grandes impérios, em torno dos quais as nações do mundo tiveram que orbitar seguindo uma hierarquia. O império liberal do Ocidente, nucleado nos EUA, por um lado, e o império socialista do Oriente, por outro, cada qual com suas características e natureza próprias: o império do Ocidente regido pelo processo de acumulação capitalista imperialista e o império do Oriente regido pela acumulação não-capitalista do capital, sob forma de um socialismo de Estado (um não-socialismo).

Grave crise de hegemonia assolou o império do Ocidente nos anos 70, que do ponto de vista da acumulação do capital ainda persiste, mas que se recompôs a partir dos anos 80 como núcleo de um arco de poder imperial, enquanto o império do Oriente entrou em crise irreversível desde fins dos anos 70. A pressão econômica e militar do império do Ocidente levou o império soviético à completa exaustão nos anos 80. A crise começou pelo elo mais frágil que era a Polônia, onde a hegemonia da burocracia socialista era frágil e tinha que se ver com a hierarquia da Igreja Católica, cuja ascendência era forte entre os camponeses e crescente na classe operária. A estagnação econômica na URSS e no conjunto dos Estados denominados como socialista deveu-se a incapacidade de incorporar produtividade e aos gastos enormes em armamentos para fazer frente aos EUA e seus satélites europeus.

A esperança de alguns de que da crise pudesse haver uma recuperação de uma concreta democracia socialista antagônica ao poder burocrático, mostrou-se uma cruel ilusão. A crise de hegemonia apontava apenas para duas saídas e ambas indicavam a manutenção do poder político social existente. De início intentou-se a passagem do socialismo de Estado para uma variante de capitalismo monopolista de Estado, com a legalização e ampliação do mercado. Essa alternativa já presente em alguns países da Europa oriental, como a Polônia, a Hungria e a Iugoslávia, assim como na China desde 1978, viu-se momentaneamente fortalecida a partir de 1985 na URSS, com o governo Gorbachev.

O fracasso do governo Gorbachev ocorreu por conta da acentuação da crise de hegemonia, com a fragmentação política da burocracia. Enquanto Gorbachev se empenhava na passagem para o capitalismo monopolista de Estado (que vinha sendo bem sucedido na China), uma parte da burocracia preferiu persistir na defesa do socialismo de Estado, forma econômico-política implantada nos anos 30. No entanto, um terceiro grupo, que se desdobrou da área favorável às reformas capitalistas, optou por se fortalecer encontrando aliados externos, quer dizer, capitulando aos desígnios do Império liberal do Ocidente e apostando na instauração do capitalismo propriamente dito e na inserção periférica no império do Ocidente. De fato, sem sustentação política e sob forte pressão americana, que agora contava com aliados dentro da própria URSS, em 1988, em encontro realizado na Islândia, Gorbachev apresentou a capitulação política e ideológica frente ao Ocidente. O caminho para a dissolução do império do Oriente e para a instauração do capitalismo estava aberta.

No decorrer do ano de 1989 todos os regimes (pseudo) socialistas da Europa oriental ruíram e mesmo a China passou por grave crise. O movimento teve início pelos seguidos elos fracos, onde a burocracia socialista gozava de pouca sustentação social e onde a questão nacional tinha forte sentido anti-russo, como os casos da Polônia e da Hungria. Nesses países a opção liberal capitalista se firmou desde logo e com muita força, correspondente a fragilidade do predomínio da burocracia socialista em países de raízes camponesas e católicas tão sólidas. A oposição aos regimes se fortalecia por toda a parte com a mistura ideológica que confundia democracia e liberdade com capitalismo. A vitória política e ideológica do

Ocidente esta perto de ser total. Quando a Hungria abriu as suas fronteiras com a Áustria, a Alemanha Oriental não tinha mais como se sustentar, e a existência do Muro de Berlim deixou de ter qualquer finalidade tendo sido posto abaixo em novembro daquele ano de 1989. O fim da fronteira fechada entre os dois Estados alemães gerou a rota para que a Alemanha Oriental fosse anexada (e colonizada) pela Alemanha Ocidental.

Nada mais era capaz de deter a desintegração do império do Oriente. Ruíram todos os regimes ditos socialistas da Europa oriental até que fosse atingido o próprio coração do império. O fracasso de Gorbachev se desdobrou na dissolução da própria URSS. O resultado da grande crise de 1989-1991 foi o fim do império socialista do Oriente e a vitória espetacular do império do Ocidente, tão espetacular que fez difundir a crença de que se conformava finalmente um Império Universal, forma final do predomínio do liberalismo e do capitalismo. Passados 20 anos da queda do Muro de Berlim, esse emblemático símbolo do fim de uma época, pode-se afirmar que as ilusões vieram todas ao solo: o império universal do capital, nucleado nos EUA, não consegue se consolidar e as condições de vida da maioria dos povos que viviam sob o domínio do império do Oriente são hoje muito piores.